

**Ações Afirmativas no Ensino Superior brasileiro:
uma análise da trajetória política**

*Affirmative Actions in the Brazilian Higher Education:
an analysis of the political trajectory*

*Acciones Afirmativas en la Educación Superior Brasileña:
un análisis de la trayectoria política*

Entrevista: Prof.^a Dr.^a Maria Alice Rezende

Debora Cristina Jeffrey¹
Universidade Estadual de Campinas



Pós-doutora pelo Centre d'analyse et d'intervention sociologiques da École des Hautes Études en Sciences Sociales (Bolsista Capes - 2011) e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Associada, Departamento de Ciências Sociais e Educação, Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UERJ e membro do Conselho Consultivo e Gestor do Museu Afro-digital, Rio; coordenadora e conteudista da disciplina Questões étnicas e de gênero (eletiva) do Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (Consórcio CECIERJ/CEDERJ). E-mail: marialicerezende@uol.com.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9055561511284226>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6120-554X>.

Resumo: Entrevista concedida pela Prof.^a Dr.^a Maria Alice Rezende Gonçalves, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Pós-Doutora em Antropologia (École des Hautes Études en Sciences Sociales e UFRJ), que realiza um balanço das políticas de ações afirmativas, sua trajetória política e histórica, com reflexões significativas no que tange à Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas), Comissão de Heteroidentificação, Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena (NEABI), bem como os desafios existentes em relação ao seu futuro.

Palavras-chave: Política Educacional. Ações Afirmativas. Cotas Étnico-Raciais. Heteroidentificação. NEABI.

¹ Organização do Dossiê – REPOD [Entrevistadora]. Livre-Docente. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil. E-mail: debora.jeffrey@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5941100880312996>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5266-5037>.

Abstract: Interview given by Professor Doctor Maria Alice Rezende Gonçalves, from the State University of Rio de Janeiro (UERJ). Post-Doctorate in Anthropology (École des Hautes Études en Sciences Sociales and UFRJ), she carries out an assessment of affirmative action policies and keeps track of their political and historical paths, with significant reflections regarding Law n° 12.711/2012 (Quotas Act), the Heteroidentification Commission and the Nucleus of Afro-Brazilian and Indigenous Studies (NEABI), as well as the existing challenges in relation to the future of this Nucleus.

Keywords: Educational Policy. Affirmative Actions. Ethnic-Racial Quotas. Heteroidentification. NEABI.

Resumen: Entrevista concedida por la Profa. Dra. Maria Alice Rezende Gonçalves, de la Universidad del Estado de Río de Janeiro (UERJ), Postdoctorado en Antropología (École des Hautes Études en Sciences Sociales y UFRJ), qué logra un diagnóstico de las políticas de acción afirmativa, su trayectoria política y historia, con reflexiones significativas sobre la Ley 12.711/2012 (Lei de Quotas), la Comisión de Heteroidentificación, el Núcleo de Estudios Afrobrasileños e Indígenas (NEABIs), así como los desafíos existentes en relación a su futuro.

Palabras clave: Política Educativa. Acciones Afirmativas. Cuotas Étnico-Raciales. Heteroidentificación. NEABI.

Recebido em: 22 de outubro de 2021

Aceito em: 20 de dezembro de 2021

REPOD: Boa tarde. Estamos aqui reunidas para a entrevista com a Professora Dr^a. Maria Alice Rezende Gonçalves, que é da UERJ e tem uma trajetória extremamente importante relacionada às ações afirmativas. Bem-vinda, Maria Alice, e obrigada por essa oportunidade de diálogo.

Maria Alice Gonçalves: Obrigada pelo convite das coordenadoras do Dossiê. Espero corresponder às expectativas de vocês.

REPOD: Tenho certeza! Obrigada! Vamos iniciar a entrevista com a primeira pergunta: poderia comentar a respeito do percurso histórico e político das ações afirmativas no ensino superior no contexto brasileiro?

Maria Alice Gonçalves: Sim, eu acredito que para a gente falar de ação afirmativa temos que seguir as etapas de qualquer política pública. Então, nós temos um contexto inicial que são os antecedentes, o que justifica aquela política: a entrada desta demanda na agenda governamental; a implementação; e a implantação até o processo de controle, a partir da realização de avaliações sistemáticas. No caso das ações afirmativas para negros no Brasil, todos nós sabemos que a questão da escolarização dos afro-brasileiros não é uma demanda recente do movimento negro. A pergunta a ser feita é a seguinte: por que que só se consegue fazer com que essas políticas sejam desenvolvidas no século XXI?

Eu acredito que algumas medidas tenham sido de real importância para a inclusão dessas demandas na agenda governamental e a primeira delas foi durante o governo Fernando Henrique Cardoso, ao realizar um Seminário em Brasília que reúne

os intelectuais brasileiros com pesquisas e reflexões sobre a questão das desigualdades raciais, quando a ideia de no Brasil ter políticas públicas para a promoção da igualdade vai tomando corpo. Outra referência que é extremamente importante a nível internacional é a Conferência de Durban, que fez com que o governo brasileiro assumisse compromissos com a questão da promoção da igualdade racial. Nós temos um Ministério para cuidar das mulheres e outro, inicialmente, para cuidar da Juventude. Há o projeto de elaboração do Estatuto da Igualdade Racial, uma Secretaria com status de Ministério para tratar da questão das desigualdades raciais e, assim, eu posso dizer que o governo brasileiro passa a tocar na questão da diversidade pela primeira vez.

Então, essa ideia de que no Brasil nós temos vários grupos étnicos que compõem a sociedade brasileira já aparecia no texto da Constituição Federal de 1988, sendo esta incorporada na agenda pública, para fins de promoção de políticas públicas da diversidade no Brasil, somente a partir de 2003.

E uma das questões polêmicas nesta época foi quando o governo brasileiro reconheceu que há desigualdades raciais, de gênero e geracionais no Brasil, contrariando, inevitavelmente, a história de construção da nação brasileira que pressupunha a miscigenação e o desaparecimento das diferenças em função da construção de uma identidade nacional. Então, você tem um rompimento, não é? Nessa história da construção do estado nacional brasileiro, este passa a ser pensado a partir de outros referenciais.

Acontecem reações tais como os manifestos dos intelectuais brasileiros, que se unem e têm um posicionamento totalmente contrário às políticas focadas em grupos minoritários, defendendo a ideia de que o Brasil é mestiço. Contrariamente, neste mesmo período, outros intelectuais que são a favor dessas políticas, muitos integrantes do movimento negro e de movimentos sociais, se posicionam politicamente favoráveis às políticas de ações afirmativas. Estávamos em um contexto de extrema ebulição no qual as instituições começaram a pensar, no caso do Ensino Superior, a partir da autonomia universitária.

Instituições começam a propor políticas de inclusão de grupos minoritários no ensino superior e esse movimento tem início na região sudeste, especialmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, espalhando-se pelo Brasil.

Eu fui coordenadora do projeto financiado pela Ford que destinou recursos para se pensar ações afirmativas no Brasil, financiar NEABIs (Núcleos de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena) e movimentos sociais. Quando começamos a mapear as iniciativas de ação afirmativa que aconteceram no Brasil, identificamos que havia uma concentração de experiências no Rio, São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, seguidos de outros estados.

Pudemos observar que essa difusão de experiências aconteceu porque a maioria dos professores interessados em desenvolver nas instituições esse tipo de iniciativa eram egressos de Programas de Pós-Graduação localizados na região sudeste, considerada foco irradiador. Neste contexto, a primeira Universidade Federal que desenvolveu políticas de ação afirmativa foi a UNB. Participei de algumas reuniões lá, a convite do professor José Jorge de Carvalho, após a identificação de experiências de racismo ocorridas na instituição. Entre as experiências estaduais temos no estado do Rio de Janeiro os casos da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), da UEZO (Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste), da UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense), bem como no estado da Bahia, da UNEB (Universidade do Estado da Bahia). Todas as universidades citadas representam um marco no desenvolvimento de políticas de ação afirmativa no início do Século XXI no Brasil.

REPOD: Obrigada, Prof.^a Maria Alice. Você recuperou muito bem o percurso histórico e político. Diante deste fato, poderia comentar sobre a Lei de Cotas (12.711/2012) e sua

relevância às políticas de ações afirmativas? Como os estudos e pesquisas têm contribuído à efetividade das políticas de ações afirmativas? Como avalia, atualmente, o movimento Pró Lei de Cotas?

Maria Alice Gonçalves: Nas pesquisas que desenvolvi sobre ações afirmativas no Brasil, no que eu esbarrei? Numa literatura que reconhece a existência de três modelos clássicos de ação afirmativa, claro, com alguma variação. O primeiro, o modelo americano, pressupõe a ideia de uma nação multicultural que reúne uma diversidade étnica pautada na multiculturalidade. Bom, o que gerou essa visão? Além de ter gerado desigualdade, promoveu a ideia de políticas duais, que contemplam essa diversidade de grupos que compõem a nação. Então, nada mais compreensível, não tô dizendo que é justo, nos Estados Unidos surgirem políticas de ação afirmativa para negros e brancos porque essa ideia de grupo étnico está implícita na construção da nação americana.

Cabe informar que os Estados Unidos se inspiraram na experiência indiana para desenvolver essas políticas. Eu estive na Índia há uns três anos atrás, de férias, num passeio breve. E aí eu fui a Jaipur. Quando eu cheguei nessa cidade, a orientação era essa: “Vocês não devem sair do hotel, vai ter muita confusão hoje”. O motorista que estava com a gente dizia assim: “São eles, são os dalits! Eles querem tudo. Hoje são médicos, engenheiros e querem continuar a receber essas benesses”. [Essas políticas de cotas existem na Índia desde a década de 50 do século XX]. O motorista dizia: “Ah, mas eu tenho que pagar a escola para o meu filho e os dalits não!” Na Índia há a questão da estratificação por castas, fatores religiosos e é muito importante entendermos essa diferença porque mesmo sendo engenheiros, médicos, conseguindo uma mobilidade no sistema de classe, os dalits ainda continuam em uma situação de subalternidade no sistema de castas. Percebi, no caso da Índia, no dia de minha chegada, uma confusão muito grande na rua, sendo que a polêmica e as discórdias eram extremamente semelhantes às que a gente vive aqui no Brasil.

Na verdade, você tem um embate entre os grupos que constituem a nação indiana, com cada qual defendendo os seus interesses. Essa foi uma experiência muito interessante pois eu demorei para saber que a confusão toda na rua era decorrente de reivindicações por cotas. Além do modelo americano com base multicultural, há o modelo francês, pensado a partir dos ideais republicanos, com reconhecimento das diferenças de raça, gênero, cor, religião. Como é que se busca a igualdade se a distinção é um interdito? Então, como eles explicam? Explicam que é uma questão de mobilidade social e que é possível incentivar esses alunos, ligados aos setores desfavorecidos, a ingressarem no Ensino Superior. Os franceses têm uma pesquisa desde 2001, mesma época que se iniciou na UERJ. Se você observar os juvenzinhos que participam dessa pesquisa, fisicamente se parecem com os nossos e são meninos originários da Martinica e Guiana Francesa. Porém, a estratégia de combate à desigualdade é diferente. Um exemplo é a política habitacional na França onde é impensável criar um condomínio só para as classes altas; há que se destinar uma cota para as outras classes. Nesse caso, há a tentativa de diminuir as desigualdades através de outras estratégias, outro caminho para conseguir atingir esses grupos.

Eu acredito que a partir de nossas experiências, datadas do início da primeira década do século XXI, desenhou-se um modelo de ação afirmativa para as populações de países em que as populações são descritas como mestiças. Recentemente estamos criando os instrumentos de controle e avaliação em quase todas as universidades através das comissões de heteroidentificação. Então, qual a pergunta que surge: “Mas, não tem justiça? Alguns fraudam!” Sim, alguns fraudam, há injustiças, mas estas devem ser controladas. Para ter um impacto no mercado de trabalho vai demorar muito ainda pois há, aos poucos, uma mudança na cor dos alunos na estrutura da própria universidade. Ainda há muito o que se conquistar? Eu acho que sim, mas eu sou otimista nesse sentido. Acredito que tá avançando, por exemplo, a ação dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e indígenas, e grupos correlatos, que são

extremamente importantes, pois nesses espaços existem professores dedicados a fazer com que essas políticas funcionem e deem certo; os coletivos de alunos negros é a mesma coisa porque também estão empenhados no sucesso dessas experiências. E, com isso, nós temos pressionado as Reitorias, os grupos dirigentes, para que essas experiências sejam bem-sucedidas.

REPOD: Considerando os aspectos anteriormente apontados, como avalia a mobilização política em defesa da Lei de Cotas 12.711/12?

Maria Alice Gonçalves: É, do jeito que estamos implementando a Lei de Cotas, operamos com subcotas para negros. Porque os negros estão concorrendo com os próprios negros. Então, talvez fosse interessante que se pensasse em cotas para negros, independente da renda, já que este fator não vai impedir a ação do racismo. Há muitos exemplos de pessoas de classe média que sofrem racismo, como alguns jogadores de futebol vêm sendo agredidos nos campos de futebol, artistas conhecidos, dentistas, engenheiros, dentre outros profissionais. Enfim, não é a renda que vai te deixar a salvo do racismo.

REPOD: Aproveitando que abordou a questão da desvinculação da renda, poderia comentar a respeito da importância da permanência estudantil na consolidação do sistema de cotas étnico-raciais?

Maria Alice Gonçalves: Eu acho que já foi uma conquista, principalmente por sua intensificação nesta segunda década do século XX, com a criação das Pró-Reitorias de Assistência Estudantil. Isso foi uma conquista aos estudantes cotistas. Além disso, é preciso pensar, em relação às políticas de ações afirmativas, que nem todos os grupos foram contemplados, como os ciganos, por exemplo, que ainda não foram incluídos no atendimento desta demanda.

Agora em relação ao papel das bancas de heteroidentificação, são importantes como uma etapa de política pública de avaliação e acompanhamento. As universidades estão adotando majoritariamente as comissões de heteroidentificação. Entendo que o controle tem que ser feito. Ao controlar é possível avaliar se é uma boa estratégia. Se não for essa, vai ser outra, mas o controle tem que ser feito porque não se pode simplesmente cruzar os braços e aceitar a possibilidade da fraude. Com relação às estratégias no combate à fraude, eu acredito que elas são uma ação indispensável para as políticas de ações afirmativas, mesmo que seja uma ação educativa nas escolas como preparar os jovens para ingressar na universidade por meio do sistema de cotas. Muitos não entendem o que é o sistema de cotas. Os professores não discutem o tema. Nessa falta de informação, vão se perdendo talentos, pessoas que podiam ingressar na universidade e nem sabem que existe essa possibilidade.

REPOD: Diante das questões apontadas, poderia comentar a respeito dos desafios que envolvem as políticas de ações afirmativas no Brasil?

Maria Alice Gonçalves: Eu acho que o maior desafio já vem sendo apontado pelo movimento negro desde a década de 1930: criar relações antirracistas nas instituições. As instituições são extremamente conservadoras e resistentes. Acredito que a continuidade das

políticas de ações afirmativas com a presença de alunos negros é a maior estratégia e nela devemos persistir pressionando e mantendo esses espaços, exigindo e criando instrumentos de avaliação e controle. Essa não é uma tradição brasileira. Aqui, muitas vezes, se faz tudo mais ou menos no improvisado. A nossa tradição é que mudou o governo, cai tudo, começa tudo de novo; então, o que o que foi de bom, e o que foi de ruim, desaparece. Então, eu sou pela defesa e continuidade das ações afirmativas. O modelo de cotas da UNICAMP é extremamente interessante por não fazer o corte por renda. Porque eu acho que é oportuno pensar na inclusão maciça de negros.

Eu assisti, há muitos anos atrás, uma palestra com o Darcy Ribeiro, quando ele disse: “É necessário formar mil arquitetos para sair um Niemeyer”. Então, no caso das ações afirmativas, precisamos formar maciçamente para que se localize os nossos talentos, os intelectuais. Não dá para fazer economia, reduzir as cotas, diminuir o percentual de vagas. O sistema de cotas tem que ser reflexo da proporcionalidade de negros existentes na sociedade brasileira para que se possa construir a nossa rede de intelectuais, pois precisamos de uma rede de intelectuais pensantes. Não podemos ser econômicos nessa ambição, não é mesmo?

REPOD: Não! De jeito nenhum. É preciso ambição e olhar lá na frente, sempre. Como enfatizou a importância da constituição da rede de intelectuais negros, como avaliaria a relação dos NEABIs no processo de consolidação da temática étnico-racial e difusão da cultura afro e afro-brasileira?

Maria Alice Gonçalves: Eu acho superinteressante essa questão da participação dos NEABIs. Sou a favor da possibilidade de aplicação do conceito de ação afirmativa no sistema de ensino como um todo, utilizar as Leis 10.639/03 e 11.645/11 como iniciativas de ação afirmativa na Educação Básica para o Século XXI. [Retoma o histórico dos NEABs]. Em 2001, o então presidente da Fundação Palmares, Carlos Moura, convidou professores universitários a se reunirem para pensar uma articulação entre os NEABIs. Recebemos o seguinte e-mail: “Ah, você tem um NEABI?” [Era o nome genérico que a Fundação Palmares denominou]. “Você tem interesse em participar da reunião?” Após essa consulta, foi agendada uma reunião. Na época não chegavam a 20 (vinte) NEABIs. O mais antigo, que era o Centro de Estudos Afro-Asiático (CEAA) do Rio e um outro, afro-asiático, que era da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Além de alguns outros mais novos, instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) participaram da reunião em que o objetivo da Fundação Palmares era articular os NEABIs das instituições de ensino superior. Fizemos algumas reuniões e, posteriormente, a Fundação FORD financiou um Concurso Nacional, na época destinando um milhão de dólares para aplicar nesses grupos. Esse projeto ficou sob a coordenação da UERJ. Ligávamos aos nossos colegas que tinham esses NEABIs, de modo a enviarem projetos. Então, houve o primeiro financiamento destinado à estruturação dos NEABIs pois, anteriormente, dependiam do professor universitário. Quando este aposentava, ou viajava, o NEABI acabava. Após esse Concurso Nacional, em 2005, é criado o Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior (UNIAFRO), com duração até o ano de 2011. Houve o lançamento de 4 (quatro) Editais destinados ao financiamento dos NEABIs, resultado deste Programa coordenado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação, sendo, posteriormente denominado Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e pela Secretaria de Educação Superior (SESU). Pudemos organizar publicações destinadas e com circulação

junto aos NEABIs. Houve curso de capacitação e pesquisa com recursos próprios. Infelizmente o UNIAFRO acabou, mas até hoje há livros produzidos por este Programa em circulação. Além disso, o MEC, juntamente com a Fundação Palmares, criou uma Comissão específica para tratar de assuntos relacionados aos afro-brasileiros com a representação dos NEABIs, movimentos sociais, entre outros, que foi a Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros do Ministério da Educação (CADARA), proporcionando a constituição e consolidação de uma rede de NEABIs.

O Plano Nacional de Implementação da Lei nº 10.639/03 também impulsionou que algumas Secretarias de Educação, escolas públicas ou Institutos Federais pensassem na construção de NEABIs. Assim, chegamos a mais de 100 (cem) Núcleos atualmente. É uma pena que os financiamentos tenham acabado, restando somente os da Secretaria de Direitos Humanos.

REPOD: Após esse histórico interessante dos NEABIs, podemos compreender que estes ainda são lócus de resistência e seguem se fortalecendo.

Maria Alice Rezende Gonçalves: A Associação Brasileira das/os Pesquisadoras/es Negras/os (ABPN) também que foi uma construção da primeira década do século XXI. Uma iniciativa muito interessante.

REPOD: Sim, de fato, a ABPN segue agregando as/os pesquisadoras/es, bem como os NEABIs, em um Consórcio (CONEABIs), considerando que o Ministério da Educação deixou de ser um mediador e interlocutor político nesse processo.

Após essa rica exposição, encerramos a entrevista, Prof.^a Maria Alice. Agradeço em nome do Comitê, Comissão Editorial e Organizadora, sua importante participação neste Dossiê. Muito obrigada!

Maria Alice Gonçalves: Obrigada.